

LACIGF11

Economia digital, chaves no desenvolvimento no ambiente digital.

Buenos Aires, Argentina

Moderador:

- Lucas Gallitto (GSMA)

Painelistas:

- Pablo Bello (ASIET)
- Adela Goberna (ALAI)
- Fernando Rojas (CEPAL)
- Carolina Mendoza (IPANDETEC)

Palavras iniciais

- Lucas Gallitto

O moderador começou dando uma breve apresentação sobre como a GSMA observa esse novo ambiente digital, como os paradigmas estão mudando e como existem múltiplos atores envolvidos na economia digital. Ele observou que os usuários têm a capacidade de acessar os conteúdos de diferentes maneiras (DTH, WIFI, 4G, entre outros), salientando que em alguns países da região essas diferentes formas têm diferentes estruturas regulamentares, como são os marcos regulatórios para redes terrestres, a televisão tradicional, etc. Nesse sentido, ele mencionou que isso atrasa o que refere à inovação e ao desenvolvimento de novos serviços.

Continuou sua apresentação comentando sobre os resultados de um estudo realizado pela GSMA intitulado "*Conectando os desconectados*", destacando que 10% dos latino-americanos não têm cobertura de banda larga móvel, demonstrando assim a existência de uma lacuna de oferta. Nesse sentido, o moderador indicou que do total que tem cobertura, 77% não a usam. Com base em vários estudos, o moderador salientou que chegaram à conclusão de que existem dois motivos fundamentais para que isso se desenvolva assim, e estes são: por um lado, a falta de alfabetização digital e, por outro lado, a falta de conteúdo local relevante.

Ele continuou sua apresentação dizendo que é necessário abordar políticas públicas que acompanhem a expansão do ecossistema, porque entende que hoje temos um novo paradigma no setor e para o futuro das telecomunicações. Esse novo paradigma implica a implementação de infraestrutura, com um importante componente para a quinta geração, onde são necessárias novas antenas, infraestruturas, habilidades digitais, incentivos a investimentos, políticas fiscais do

espectro, digitalização da cadeia produtiva. A cooperação de múltiplas partes interessadas é fundamental para alcançar esses objetivos neste novo paradigma.

Painelistas:

- Pablo Bello

Pergunta inicial: Como o investimento em infraestrutura e a implementação de redes móveis de nova geração podem ser promovidas (principalmente quando o mundo e a região falam de se preparar para o 5G)? O que é necessário e como deveriam ser essas redes para atender à crescente demanda dos usuários e às necessidades na digitalização da economia?

O painalista começou dizendo que sem redes não há Internet e sem Internet não há sociedade nem economia digital. Ele continuou comentando que é necessário dar ênfase ao reconhecimento de nós mesmos como privilegiados, porque estamos conectados e isso nos torna parte dos 50% de latino-americanos que acessam e usam a Internet diariamente, enquanto há outros 50% que não são, mostrando que essa heterogeneidade é uma questão central e devemos ser capazes de abordá-la. Assim mesmo ressaltou que esse componente está relacionado ao desafio do investimento, já que a política pública deve ter como foco número um a redução da divisão digital. A seguir, mencionou que a América Latina fez grandes avanços em seus indicadores de telecomunicações e de conectividade nos últimos anos, já que as velocidades aumentaram e os preços em termos reais vêm caindo, entre outras questões. Nesse sentido, a política pública e o papel da indústria contribuíram substancialmente para o progresso no sentido de reduzir a lacuna, no entanto, ainda há desafios. Para poder abordar estes desafios, o painalista aponta que deve ser gerado um ambiente que favoreça os investimentos e gere mais confiança. Além disso, é necessário repensar a política do espectro radioelétrico, colocando o foco na implementação de redes, mais do que na cobrança de impostos. Sobre esse último assunto, o palestrante mencionou que todos os atores da economia deveriam fazer uma contribuição para o financiamento dos estados, no entanto, o painalista menciona que o setor das telecomunicações tem 51% mais carga fiscal do que outros atores na economia. Finalmente, o palestrante fez um convite para colocar a ênfase na definição das prioridades que compartilhamos e que necessariamente passam por reduzir a divisão digital nos próximos 10 anos e ter uma infraestrutura de classe mundial, pois é uma condição necessária para gerar crescimento econômico.

Segunda Pergunta: Levando em conta os comentários de Fernando Rojas da CEPAL, qual o impacto que a digitalização dos processos produtivos pode ter sobre o emprego, a competitividade e a produtividade; e como você vê que a América Latina se está preparando para isso?

O painalista aponta que a América Latina é a região em que a produtividade cresceu menos nos últimos 20 anos, o que é tremendamente negativo, considerando a importância do crescimento econômico para poder gerar riqueza, emprego, educação, progresso e bem-estar em geral, para aumentar as classes médias e que grandes populações saiam da pobreza. Também destaca que o crescimento econômico da América Latina nos últimos anos, que tem possibilitado transformações sociais significativas, é o resultado da incorporação de jovens e mulheres à força de trabalho, dos grandes investimentos em capital fixo e de um preço muito alto dos commodities. Por isso, ele aponta que as condições que se repetiram no passado, não serão repetidas no futuro. O palestrante faz referência a um estudo de McKinsey, que entende que, se o problema de produtividade não for resolvido, o crescimento econômico dos próximos 15 anos será 40% menor do que o dos 15 anos anteriores na região.

Neste contexto, o painalista entende que a digitalização é necessária: reduzir a lacuna de conectividade, dispor de infraestrutura global e, acima de tudo, fazer uso inteligente dessa conectividade e infraestrutura, inserindo totalmente a tecnologia nos processos de produção. E por essa razão, entende que isto refere mais à economia tradicional do que à "nova economia": como integrar a IoT em processos tradicionais de produção, como tornar esses processos mais eficientes e alcançar mercados mais distantes.

Disse também que no ASIET a política econômica de digitalização é considerada a política pública mais importante para o futuro. O importante é colocar no espaço de conversação a importância deste assunto e que requer uma abordagem de múltiplas partes interessadas, pois se requerem agendas ambiciosas que convoquem a sociedade toda. Não é apenas uma questão de governos e empresas.

Finalmente, o painalista aponta que é muito importante salientar e colocar valor estratégico em que entra em jogo o crescimento econômico futuro e isso requer agendas específicas para melhorar a qualidade de vida dos latino-americanos. E observa que ainda estamos a tempo, mas esse tempo está se esgotando. A América Latina está na hora exata de pegar carona na revolução digital. Nosso curso natural é o subdesenvolvimento, e para quebrar essa inércia é requerido muito diálogo e a criação de agendas abrangentes, e para eles são necessários diversos atores.

As agendas devem ter liderança e coerência. ELAC desempenha um papel fundamental nessa liderança.

Precisamos a criação de economias de escala por meio da integração econômica. 500 milhões de Latam é uma grande oportunidade... Acreditamos na integração e proteção.

Terceira pergunta: Qual é o maior desafio para criar um regulamento que permita a regulamentação e o investimento?

O painalista adverte sobre a mudança paradigmática na forma de fornecer e oferecer conectividade e serviços na web. Com o desenvolvimento da convergência, a lógica rede serviço se desfaz e isso torna a estrutura normativa inútil. É necessário repensar a regulamentação, o que define um mercado não tem a ver com a natureza tecnológica da prestação, mas com as necessidades do usuário. Princípios horizontais que protejam o usuário e a concorrência e que sejam suficientemente flexíveis.

- Adela Goberna

Pergunta inicial: Como vocês consideram que a "datificação" da economia está mudando e influenciando a economia digital na América Latina? Qual o papel e a maior contribuição das plataformas no avanço e fortalecimento da economia digital e na digitalização dos processos produtivos?

A palestrante iniciou sua apresentação mencionando que a economia de dados é uma realidade que está acontecendo na nossa região. Continuou a dizer que a América Latina tem uma excelente oportunidade para fazer uso dessas novas tecnologias e do potencial que estas têm em sua contribuição para o desenvolvimento de setores específicos da economia. Ela passou a dizer que o uso de dados nos permite gerar melhores serviços que permitam gerar soluções escaláveis ou, até mesmo, identificar nichos que estavam atendidos, criando assim novas oportunidades de negócios. Explicou que esse tipo de política pública deve ser vista sob a perspectiva das PMEs, dado o papel fundamental que elas têm na engrenagem econômica dos países da América Latina e, neste contexto, acrescentou que talvez as políticas públicas devessem ser voltadas a fornecer soluções que permitam o desenvolvimento destas PME. Como exemplo, e em concordância com a temática de dados, a palestrante mencionou que gerar políticas que permitam o fluxo de dados além das fronteiras, bem como que limitem os requisitos de localização forçada, poderia contribuir para a internacionalização destes negócios baseados em dados, permitindo o seu desenvolvimento.

Concluiu afirmando que deveríamos pensar em como gerar incentivos adequados para realmente criar um ambiente propício para a implementação de soluções tecnológicas na América Latina.

Segunda pergunta: Seguindo a linha do painalista anterior e considerando o crescimento das plataformas, qual é o impacto que a regulamentação e a política pública podem ter no modelo de negócio? E como a inovação e a proteção de direitos podem ser equilibradas?

A painalista ressalta que a regulamentação é fundamental para equilibrar essas duas questões. Entende que são necessárias regras claras que gerem segurança legal para plataformas e usuários. Por isso, ela estabelece como exemplo regras

claras quanto ao escopo da responsabilidade dos intermediários que permitam desenvolver a autorregulamentação e outras questões que permitam o desenvolvimento de um ambiente de confiança que permita que mais usuários façam uso dessas ferramentas digitais. Ele também entende que existem diferentes soluções regulatórias: a resposta não está apenas em uma lei. Por exemplo, há estruturas internacionais baseadas em princípios flexíveis, mas que ao mesmo tempo geram um marco confiável e seguro para que mais usuários se unam ao uso das tecnologias e com melhor experiência on-line.

Terceira pergunta. Os formuladores de políticas públicas devem ter considerações especiais com o gerenciamento de algoritmos?

A palestrante aponta que estamos em condições de observar a potencialidade da IA e o ML e do *blockchain*. Devemos avançar em regulamentos baseados em princípios para que o colocado acima possa ser desenvolvido. Não devemos criar barreiras ex ante que atrapalhem a inovação.

- Fernando Rojas

Pergunta inicial: Como você vê que a "datificação" da economia está mudando as cadeias de valor na região? Unindo isso às perguntas anteriores e considerando o trabalho recente na Declaração Ministerial de Cartagena -ELAC 2020- e a centralidade que o Task Force da Economia Digital do B20 - com presidência argentina- está dando para a questão, qual você acha que são as necessidades de conectividade para esta crescente datificação da economia, no caminho para uma indústria 4.0?

O painalista começou dizendo que a digitalização da produção é fundamental, porque é aí onde as novas lacunas estão surgindo. A ratificação está alterando a forma como as coisas, os processos de produção e as cadeias de valor estão sendo feitas. Nesse sentido, dois pilares tecnológicos, como os serviços Cloud e IoT, exigem novas capacidades em termos de redes, pois aumentarão o nível de tráfego. Isso mostra que a incorporação dessas tecnologias nos processos de produção gera novas demandas em termos de capacidade das redes e em termos de qualidade, uma vez que haverá diversas aplicações ou indústrias que requerem latência muito baixa. O painalista também reiterou a importância do 5G dado o contexto latino-americano, sendo de grande importância o estabelecimento de condições para acelerar este processo. Neste sentido, salientou a importância da conectividade regional, implementando IXPs nacionais e regionais, mencionando que na América Latina - entre 2015 e 2017 - 18 IXPs foram colocados em operação na região, mas 15 deles estão distribuídos entre apenas dois países da região. Em seu discurso, o palestrante mencionou que este é um elemento a ser trabalhado para poder realmente gerar uma integração tecnológica regional.

Segunda pergunta: Considerando a Agenda eLAC 2020 de abril, como uma agenda digital pode contribuir para a harmonização regulatória na região?

O palestrante mencionou que o fórum eLAC visa reduzir a divisão digital, e isso está refletido na agenda de 2020. Por isso existem 7 pilares e 30 objetivos. Mas desta vez, foram incorporados temas novos, como o da Internet da produção. O processo como tal incorporou uma nova ferramenta: o plano de atividades. Enquanto antes era uma ferramenta de referência, nesta nova versão temos um plano de atividades muito mais específico, associado aos 30 objetivos da agenda. Nesse sentido, a questão da contribuição que uma agenda pode dar à convergência regulatória é destaque entre os objetivos.

Por exemplo, o Objetivo 1 refere ao acessibilidade em áreas remotas e demais. Neste contexto, estamos trabalhando em um marco regulamentar modelo para o desenvolvimento e implementação de infraestrutura, incluindo redes de tipo comunitário e semelhantes.

Por outro lado, o Objetivo 15 é voltado para o desenvolvimento de habilidades digitais, que inclui a iniciativa de gerar um repositório que meça o desenvolvimento dessas habilidades em nível regional. A CEPAL seguiu o tema da automação e seu impacto no emprego e no desenvolvimento de competências digitais: em uma estimativa de 5 ou 6 países, considerando os 10 ofícios que ocupam o maior número de pessoas, estima-se que a maioria das atividades dentro desses ofícios são automatizáveis. Isto significa que o desenvolvimento de competências digitais é necessário porque não haverá necessariamente perda de emprego, mas complementaridade e programação.

Por último, o Eixo sobre Mercado Regional Digital requer harmonização regulamentar para funcionar. Isso está incluído no Objetivo 8, com a coerência normativa e de infraestrutura como base. Para isso, também será feito um repositório sobre normas regulamentares de privacidade e proteção de dados.

O moderador menciona que a digitalização apaga a fronteira entre os países, e pergunta como então essa integração pode ser dada nesse sentido, contemplando as particularidades da América Latina, em oposição a regiões mais integradas, como a europeia. O MRD é focado, principalmente, em questões de comércio eletrônico, e é por isso que há vários elementos focados nesse ponto, e isso, sem dúvida, requer mais integração e eficiência das redes em nível regional. A questão da entrega de bens físicos no âmbito do comércio eletrônico também foi incorporada.

Terceira pergunta Quais os aspectos que faltam à hora de fazer políticas públicas?

Os recursos humanos são fundamentais. As habilidades digitais foram muito negligenciadas, os cursos não são muitos e muito poucos dedicados à projetar tecnologias: dedicam-se apenas a ensinar o uso.

- Carolina Mendoza (IPANDETEC)

Pergunta inicial: Quais você considera devem ser os limites da responsabilidade das plataformas, levando em conta elementos como proteção de dados, entre outros assuntos?

A painelistra começou mencionando que falar sobre limites é falar sobre questões subjetivas. De sua perspectiva, o principal desafio em relação ao desenvolvimento de políticas públicas é que - desde o desenho- as capacidades de todos os atores da mesa sejam reconhecidas, pois destinando tempo suficiente para reconhecer essas capacidades e convidar esses atores - desde o desenho- poderíamos usar o restante do tempo para garantir uma implementação correta. Em seguida, apontou que há outro desafio: conseguir que estas políticas sejam flexíveis o suficiente para que não percam validade ou urgência ao longo do tempo.

Concluiu dizendo que é necessário que as capacidades da sociedade civil sejam reconhecidas, para que sejam incluídas como tais nas conversas relacionadas aos direitos fundamentais.

Segunda pergunta: Enquanto todos os atores estiverem mais conectados, também todos nós somos mais interdependentes. Como a participação de múltiplas partes interessadas pode gerar mais transparência e responsabilidade, e qual é o papel da sociedade civil nisso?

A painelistra entende que a regulamentação regional -ex., a da Aliança Pacífico, é importante para reduzir a divisão digital e também para centralizar os esforços dos governos para que funcionem melhor. Por exemplo, no Chile, Visatech favorece a incorporação de capacidades técnicas de estrangeiros na economia digital desse país. O sucesso da AP é destaque em relação às outras da região. Também entende que não há necessidade de incentivar a transparência, é uma questão de vontades em que as capacidades dos próprios eixos participativos são reconhecidas. Com as vontades de todas as partes, como podemos contribuir e construir para reduzir as lacunas, e não aumentar as lacunas existentes.

Terceira pergunta: Quais são os maiores desafios da sociedade civil para identificar uma agenda que defenda a proteção dos direitos dos usuários?

A painelistra afirma que o maior desafio é que o restante dos atores assumam a agenda da sociedade civil. Regras claras para melhorar a infraestrutura e a inovação. Vamos melhorar as mesas de diálogo de múltiplas partes interessadas, que o governo nos leve à sua mesa e podemos conferir que trabalha para os cidadãos, melhorando a transparência dos mesmos.

Perguntas do público:

Papel das desigualdades na região, como elas se combinam com o crescimento digital?

Resposta F Rojas: 50% da população rural é pobre e as soluções de conectividade não estão chegando. Deve haver políticas concretas para esse setor a fim de conter essa desigualdade.

Samuel Chacón (Venezuela, CANTV): Necessidade de conscientizar os gerentes para que entendam a necessidade de frear a divisão digital.

María Chirinos (Soc. Civil Venezuela). Como vocês incorporam a perspectiva dos direitos humanos? Modelos de impacto e benefício social? Retorno social do investimento?

Respostas A. Goberna: Necessidade de gerar confiança no usuário, alianças público privadas.

Augusto Matudín (Agora Argentina, soc. civil) O que podemos fazer a partir dos diferentes setores para gerar novos empreendimentos?

Resposta A . Goberna. Gerar consciência, alianças entre países, gerar etapas para regionalizar os modelos de negócios eliminando as ineficiências.

Arturo Grigano: Quem chegaram primeiro e por quê?

Kemly Camacho, Sula Batsú, Não vê que a economia digital esteja ligada aos problemas de todos os latino-americanos. O que fazemos para formar recursos humanos na PME?

Florencia APC Rosário. Pouca menção aos trabalhadores e a reconversão dos mesmos

Sandra Benítez (U. dos Andes Venezuela, APC) Como fazer com os países que mantêm um decréscimo contínuo? O que vocês sugerem?